

Mario Sergio Brum é historiador formado pela UFF; atuou como bolsista no projeto *Um Estudo dos Efeitos das Ações de Organizações Governamentais e Não Governamentais em Comunidades de Baixa Renda* desenvolvido pelos pesquisadores Mario Grynszpan e Dulce Pandolfi, no CPDOC/ FGV; é autor da monografia intitulada “*Relações entre Favelas e Estado no século XX.*” .

e-mail: mariobrum@yahoo.com.br

### **Resumo:**

#### **Tráfico, favelas e a cidade do Rio de Janeiro.**

Ao mesmo tempo que o tráfico de drogas ocupa bastante espaço na mídia, nas ações do Estado, e no imaginário do carioca, sabe-se pouco sobre ele além de chavões e diagnósticos simplistas. Analisando os jornais de grande circulação ou mesmo a mídia eletrônica, percebemos que no discurso de muitos políticos e autoridades da área de segurança, junto com as próprias notícias veiculadas, há uma reatualização da imagem, tão comum durante todo século XX, das favelas como um ‘lugar perigoso’ e/ou uma ‘outra cidade’. As diversas ações do Estado e de ONGs apresentam como meta combater a influência do tráfico nas favelas, visando diminuir as causas da criminalidade e os efeitos da violência para toda a cidade. No entanto, o caráter que muitas destas ações possuem, sem considerar a cidadania como um fator importante para superar esta situação, acabam por se revelar inócuas.

Palavras chaves: Favelas; Estado; Rio de Janeiro; Violência.

## **Tráfico, favelas e a cidade do Rio de Janeiro.<sup>1</sup>**

Numa tarde de maio de 2003, um dia de semana, tive de ir à Maré, um “complexo” de 16 comunidades localizado na Zona Norte do Rio, para realizar pesquisa de campo para a bolsa Pibic à qual trabalhava<sup>2</sup>. Mesmo já tendo ido algumas vezes antes ao local, a companhia de um amigo, morador da área, sempre foi uma espécie de garantia, um ‘salvo-conduto’ para circular por lá com certa segurança. As constantes notícias de confrontos entre facções de traficantes, e entre estes e a polícia, gerava um certo temor em mim sempre que precisava ir lá. O temor foi agravado desta vez por dois fatores: o primeiro, que havia se iniciado alguns dias antes, uma “ocupação policial” na área da Maré; a segunda, que o amigo/morador não poderia me acompanhar.

Para demonstrar que meus temores não eram infundados, reproduzo aqui a declaração da maior autoridade de segurança do estado à época, Anthony Garotinho, empossado poucas

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte de minha monografia de bacharelado em História na Universidade Federal Fluminense, com o título “*Relações entre Favelas e Estado no século XX.*”

<sup>2</sup> No projeto *Um Estudo dos Efeitos das Ações de Organizações Governamentais e Não Governamentais em Comunidades de Baixa Renda* desenvolvido pelos pesquisadores Mario Grynspan e Dulce Pandolfi do CPDOC/ FGV.<sup>2</sup>

semanas antes, sobre as dificuldades enfrentadas numa ação contra traficantes na Maré: *“Tudo começou com a presença do Getam - Grupamento Especial Tático Móvel, porque eles atiraram contra o Getam. Não foi suficiente. Mandamos a Core - Coordenadoria de Recursos Especiais da Polícia Civil, não foi suficiente. Mandamos os helicópteros, não foi suficiente. Mandamos o Bope - Batalhão de Operações Especiais - e vencemos!”* A sensação de estar indo para uma ‘zona de conflito’ era inevitável, e a ocupação policial, longe de tranquilizar, deixava mais ansioso. Liguei para a pessoa com quem tinha marcado na Maré para saber dos “riscos” que teria de enfrentar a ir lá. Ao telefone perguntei como estava a situação agora, devido à presença da polícia, no que me foi respondido: “deu uma acalmada.”

O que pretendi com essa pequena história foi ilustrar a sensação de medo e insegurança presente no Rio de Janeiro, início do século XXI. Paralelo às imagens de bombardeios no Iraque, ou de tiros entre tropas israelenses e palestinos, tem se vivido o que ocorre no Rio como uma guerra. Com efeito, na imprensa a analogia tem sido freqüente. Do dia 26 a 30 de maio de 2003, o jornal local da TV Globo, RJ-TV circulou a série de reportagens “A Nossa Guerra”; já o Jornal do Brasil durante alguns dias estampava uma tarja preta, na capa e nas páginas, onde eram noticiados episódios de violência do Rio, com a legenda (bastante fatalista, diga-se de passagem) “A Guerra Perdida” (JB – 09/05/03), alguns dias depois modificada para “A Guerra do Rio”.

Para grande parte da sociedade, as favelas são tidas como lugar de violência, áreas de guerra com seus moradores submetidos a um ‘poder paralelo’, cuja adesão, conforme a leitura que cada um faça, varia de conivência a vítima indefesa. Assim, às maneiras de se classificar o que tem acontecido no Rio como ‘guerra’, somam-se as metáforas belicistas constantemente utilizadas na imprensa. Na série do RJ-TV citada, a narrativa pergunta: *“Como chegamos a este estado de guerra permanente?”* \_ ou ainda \_ *“Como os morros ficaram tão armados?”*. No que

são acompanhadas também pela imprensa escrita: “*Em uma investida na favela Nova Holanda...*” (escrito na matéria, JB – 07/03/03); “*Ofensiva nos morros.*” (manchete na seção Rio, O Globo – 21/03/03); “*As nossas zonas de conflito.*” (manchete na seção Rio, O Globo – 13/04/03)

Não se busca aqui julgar a imprensa como alarmista, ou alegar que todos estes episódios de violência não existam ou são ‘aumentados’ por uma ‘conspiração’. Tampouco negar que a sensação de insegurança é real e viva para os cariocas enquanto são escritas estas linhas em junho de 2003.

Os episódios de violência ou de ‘escalada do crime’ são vários: a fuga de Escadinha do Presídio de Ilha Grande em 1987 mostra o início da ousadia do tráfico; o seqüestro de empresários no início da década de 1990 (cujo caso mais notório é o de Roberto Medina, justamente num condomínio fechado da Barra da Tijuca, que deveria ser uma ‘ilha de segurança’); a Chacina de Acari em 1990; o Arrastão nas praias da Zona Sul em 1992; Candelária e Vigário Geral em 1993; o Muro da Cidade de Deus (com policiais espancando os moradores, sem querer saber se eram trabalhadores ou não) em 1996; as balas traçantes na Tijuca mostradas na TV; o ônibus 174 em 2000; a Universidade Estácio de Sá em 2003, dentre tantos outros episódios. A insegurança do carioca tem diversos episódios para serem lembrados. E nomes: Carlos Magno, Luciana, Gabriela, Camila, Geísa, Luís Henrique... Cada episódio novo soma-se ao anterior, contribuindo para aumentar a sensação de insegurança, de impotência, que geram aflições (“Onde nós vamos parar?”) e uma certa nostalgia de “um Rio que se perdeu”.

Não se quer aqui (aliás, nem se poderia) negar que há em cada morador do Rio, neste início do século XXI, a sensação de insegurança, a percepção de uma violência crescente. Em última escala, o medo é “real” a partir da maneira de cada um apreender a realidade que vive.

Assim, o “bom senso” nos recomenda evitar certos lugares, sempre ou em determinadas horas. E contribuindo para o ‘estado de guerra’, ocorrem o fechamento de comércio ou escolas, por ordens de traficantes (se são reais ou não, é, de um certo ponto de vista, irrelevante, se a simples suposição de que a ordem partiu de um traficante basta para que ninguém se arrisque) e as *Segundas-sem-lei*, quando diversos pontos da cidade são palco de episódios de violência.

Mas preocupa-nos o uso de metáforas belicistas para definir o atual cenário. Particularmente a noção de que estamos vivendo uma guerra, em que existem exércitos inimigos que controlam territórios, extremamente armados, organizados e dispostos a invadir ou promover ações no ‘nosso território’. Para um cenário de guerra, com um inimigo armado à espreita, a solução então deveria ser armada?

Para se enfrentar exércitos é preciso um exército melhor. Se as favelas são territórios de bandos armados elas devem ser invadidas e estes bandos vencidos. Longe de ser uma previsão pessimista, este pensamento está presente em diversos segmentos da sociedade, desde políticos que se utilizam da questão da violência como bandeira (procurando se mostrarem como os ‘mais firmes’, e por isso os únicos capazes de enfrentar o crime) até toda uma indústria da (in)segurança (vigilantes, trancas, blindagem, etc.). Não é outra a matriz do pensamento que originou as Operações Rio I e II, e a mais recente presença do Exército nas ruas do Rio em março de 2003.

A antítese deste pensamento não quer dizer que não seja necessária haver uma política de segurança pública, erro cometido (e de certa maneira compreensível por traumas recentes), pelos setores mais progressistas, que considere inclusive a sensação de medo presente na sociedade, a qual pede respostas imediatas, ainda que as soluções não sejam. Mas, concordando com a definição de Luís Eduardo Soares: “*O medo torna-se parte do problema, quando deixa de ser a*

*reação natural e saudável de vítimas potenciais, para converter-se na chave de leitura dos fenômenos sociais e matriz das soluções propostas.”*<sup>3</sup>

Difunde-se a visão de que o Estado está desmoralizado, o monopólio da violência que possui, que deve ser inclusive fonte de sua legitimidade, é desafiado a todo tempo por quadrilhas que controlam territórios da cidade, gerando um clima de ingovernabilidade no Rio de Janeiro.

Para a classe média e a elite, sendo o Estado incapaz de prover segurança, esta deverá ser obtida por meios próprios. Assim, setores da população buscam segurança pela iniciativa privada, a já citada indústria de segurança, com todas as conseqüências que isso traz: como o controle de tais firmas por exemplo<sup>4</sup>; e ainda, por ser um produto que precisa ser vendido, o *marketing* destas firmas acaba por contribuir para a sensação de insegurança<sup>5</sup>.

Com efeito, é a própria cidade que se fragmenta, ou melhor, seu *tecido sócio-espacial*<sup>6</sup>, com setores da classe média e alta se refugiando em grades, muros ou ainda, em enclaves como os condomínios fechados da Barra da Tijuca, com entrada restrita e guarnecida por seguranças

---

<sup>3</sup> Luiz Eduardo Soares et alli.. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Ed. Relume Dumará / ISER, Rio de Janeiro, 1996, p.248.

<sup>4</sup> O caso da estudante Luciana baleada na Universidade Estácio de Sá em 05/ 05/2003 é um exemplo (dentre outros) do que queremos dizer. As investigações da Polícia Civil do Rio de Janeiro foram prejudicadas devido ao fato de que imagens gravadas pelo circuito interno da universidade foram apagadas. A maior suspeita de ter tomado tal atitude, até o início de junho de 2003, era a firma de segurança contratada pela Universidade

<sup>5</sup> Um caderno especial do Jornal do Brasil sobre violência (31/05/2002), com sugestivo título de *Cidade Sitiada*, veio repleto de anúncios de firmas de vigilância, de blindagem de carros e de sistemas de alarme.

<sup>6</sup> Marcelo Lopes de Souza. *O Desafio Metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2000. pp. 216 e 217.

armados. A cidade não se vê mais como um corpo único (alguns moradores da Barra da Tijuca quiseram que o bairro se emancipasse do Rio de Janeiro em 1988 e posteriormente, defenderam que o bairro tivesse guaritas e cancelas em suas rotas de acesso).

Com suas particularidades, mas efeitos do mesmo fenômeno, as quadrilhas de traficantes que atuam nas favelas ganharam espaço como *agentes da ordem* nestes locais, embora os confrontos entre facções do tráfico e com a polícia (além de uma mudança notada por diversos autores utilizados neste estudo, de que as relações entre as quadrilhas e as comunidades nos últimos anos não têm sido tão ‘harmônicas’) relativizem esta ordem. De qualquer forma, o Estado nunca surgiu como provedor de ordem nas favelas, a não ser quando a ordem era a da cidade.

E outro aspecto da leitura belicista que tem vigorado é da estigmatização das favelas. Se há um inimigo que assola a cidade, e se é nas favelas que ele se localiza, é lá que deve ocorrer o combate, tendo que ser ocupadas e/ou controladas. Outrora descrita como insalubres e anti-higiênicas, moradia de pessoas ignorantes, preguiçosas, atrasadas, não acostumadas à cidade devido à sua origem rural, malandros, boêmios, vagabundos, o crescimento do tráfico<sup>7</sup> na década de 1980 faz com que as favelas voltem a ser vistas como o lugar do ‘outro’<sup>8</sup>, atualizando a bipolaridade sempre presente na maneira como a cidade se vê.

No início do século XX, a constatação inicial de Euclides da Cunha em *Os Sertões* (que no decorrer da campanha de Canudos parece mudar, com ele descobrindo que o “sertanejo é antes de tudo um forte”) é de que existe um Brasil urbano, esclarecido e moderno no litoral; e um

---

<sup>7</sup> Embora o tráfico já existisse desde décadas anteriores, o que se pôde notar na década de 1980 no Rio de Janeiro foi a substituição do binômio 38 + maconha pelo AR-15 + cocaína (Marcelo Lopes de Souza. *Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual*. Ed. Ática, São Paulo, 1996, p. 39).

<sup>8</sup> Alba Zaluar & Marcos Alvito (Orgs.). *Um século de favela*. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 1998. pp 16 e 17

outro: ignorante, atrasado e fanático no sertão. A analogia é transplantada para a cidade do Rio, apropriada pela elite e por muitos intelectuais<sup>9</sup>. Se o sertão é o local da ignorância e do atraso no país, na cidade este local é a favela, sempre vista como “outra face da civilização urbana carioca”<sup>10</sup> um outro mundo, diferente da cidade, com outros costumes e outra gente. A favela foi assim descrita por vários cronistas, dentre os quais João do Rio, Olavo Bilac, Orestes Barbosa.

Em 1908, Olavo Bilac narra numa crônica com o sugestivo título de “Fora da vida” sua surpresa com uma moradora do morro da Conceição, localizado no Centro do Rio, e que há trinta e três anos não descia o morro. Bilac escreve que foram feitas a Abolição, a República, abriram-se avenidas “...e, tão perto materialmente de nós, no seu morro, essa criatura está lá 33 anos tão moralmente afastada de nós, tão separada de fato da nossa vida, como se, recuada no espaço e no tempo, estivesse vivendo no século atrasado, e no fundo da China.”<sup>11</sup>.

Já no início da República, os intelectuais vêem uma *ausência de povo* no Brasil, devido à apatia deste, particularmente quando se referem à capital. Por exemplo, Aristides Lobo define o evento da proclamação da República no Campo de Santana, hoje Praça da República, como uma parada militar, onde o povo apenas assistiu a tudo “bestializado”, conforme foi descrito no livro de José Murilo de Carvalho “*Os Bestializados...*”<sup>12</sup>. Ainda segundo este autor, os intelectuais brasileiros tinham como um ‘modelo’ de povo, o europeu, com sua classe operária e pequenos

---

<sup>9</sup> Lícia do Prado Valladares “A gênese da favela carioca – A produção anterior às ciências sociais”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, n.44, outubro / 2000. pp 5-34.

<sup>10</sup> Marcos Alvito. *As cores de Acari – Uma favela carioca*. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2001. p.92 .

<sup>11</sup> Alba Zaluar & Marcos Alvito (Orgs.) *Um século de favela*. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 1998, p. 11.

<sup>12</sup> José Murilo de Carvalho. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. Companhia das Letras, São Paulo, 1987. pp. 68 e 69.

camponeses. Estes sim exerciam sua cidadania, organizando-se em barricadas ou partidos, mas sempre tendo participação ativa na ‘política’. Essa leitura era feita a despeito das diversas manifestações que sempre marcaram a capital brasileira com a participação de populares: durante o Império (Noite das Garrafadas /1831, Revolta do Vintém /1880, entre outras); durante a campanha abolicionista; e mesmo nos primórdios da República, em greves, passeatas, quebras, e revoltas como a da Armada (1893) e a da Vacina (1904). Porém, essas agitações eram vistas como desordem, não eram obra de cidadãos, mas da escória, eram todos pobres, negros e mestiços, movidos por paixões. Eram as massas incultas e ignorantes, as *classes perigosas*.

Se no começo do século XX o discurso higienista encarava as classes pobres e suas moradias como estorvo à imagem de uma capital que deveria ser o símbolo do progresso e da possibilidade de uma civilização nos trópicos. Uma cidade que fosse culta, branca e ordenada em largas avenidas e praças, devendo então estas moradias e os pobres, obstáculos que eram a estes propósitos, serem alvos de ações de ‘limpeza’. Passados cem anos, o discurso belicista vigente vê as favelas como enclaves no meio da civilização, dominadas por exércitos inimigos, em suma, áreas a serem ‘conquistadas’ e ‘ocupadas’.

O Rio aparece sempre dividido em duas partes. Numa parte da cidade há a civilização, na outra a barbárie; numa há a consciência política, noutra grassam o clientelismo e a manipulação política; numa vigoram as leis, a constituição, a autoridade legal, noutra o poder público não existe, vivendo essa população a partir de suas próprias leis, costumes e ‘chefes’, constituindo um *estado paralelo*.

As favelas também são vistas como uma mácula a um dos maiores patrimônios da cidade, que é a sua paisagem composta pelo mar e as montanhas. Para alguns, a ocupação das encostas

por barracos desordenados e amontoados agridem o panorama e ocupam valiosos terrenos e que ainda desvalorizam os terrenos vizinhos.

Seja pela composição étnica de seus habitantes; pela diferença de seus aspectos culturais; pelas formas das habitações; ou pelas demais condições de vida dos seus habitantes, as favelas, em que pesem as várias conjunturas e transformações que viveram em pouco mais de um século de existência<sup>13</sup>, mantêm a imagem de áreas apartadas da cidade, sendo o Rio uma *cidade partida*, expressão consagrada no livro do jornalista Zuenir Ventura<sup>14</sup>.

A cidade, ao se ver partida, parece negar que a alteridade, a mistura, o cruzamento entre mundos ‘diferentes’ faz parte e constitui sua identidade, ‘mundos’ que pouco a pouco se mesclaram e criaram algo novo. Na análise de Darcy Ribeiro para o Brasil<sup>15</sup>, e que o Rio como capital por mais de 250 anos tão bem simboliza: a partir de “brancos deseuropeizados” e negros “desafricanizados” (mais tarde se incorporando os elementos nortistas e nordestinos) formou-se um povo novo, o brasileiro. No Rio, uma das maiores expressões do que queremos dizer é o samba, surgida da Pequena África, no centro da cidade no início do século XX, e apresentado ao mundo inteiro como expressão da alma carioca.

Longe de querer mostrar que as relações entre as ditas ‘partes’ sejam harmoniosas. Pelo contrário, a história do Rio é marcada pelo conflito, pela relação do poder com suas classes

---

<sup>13</sup> O marco do surgimento da *favela* no Rio de Janeiro é tido como o ano de 1897. Segundo alguns autores, foi ano da instalação de soldados vindos da campanha de Canudos no Morro da Providência, nos arredores da Central do Brasil e do Ministério do Exército na época, que batizaram o local inspirados no morro localizado ao lado do arraial de Canudos. Porém, outras versões registram tanto datas quanto locais diferentes.

<sup>14</sup> Zuenir Ventura. *Cidade Partida*. Companhia das Letras, São Paulo, 1994.

<sup>15</sup> Darcy Ribeiro. *O Povo Brasileiro*. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 1995.

pobres, e no último século, com suas favelas. Pela permanente tentativa de controle e ‘exclusão’ de um lado; e por outro, pelas tentativas dessas classes se incorporarem à cidade e usufruírem o que ela oferece. Deste cenário surge uma cidade plural, que não consegue se tornar ‘européia’, ‘planejada’ (vista em várias ocasiões, entre às quais, o ‘Bota-abaixo’ de Pereira Passos; o Plano Agache; e o Plano Doxiadis de Lacerda) mas que também não oferece oportunidades iguais à todos os seus habitantes, sequer consegue elevar todos à categoria de cidadãos. A cidade, segundo Maria Alice Rezende de Carvalho<sup>16</sup> é “escassa”, restringindo a oferta aos favelados de serviços e espaços que ela oferece às classes média e alta. Os favelados lutam pelos espaços nas ‘franjas’ dos bairros ou criando novos espaços, como aterros; e só conseguem os mesmos serviços, que em bairros da cidade são vistos como obrigações mínimas do Estado, através de complicadas negociações, que abrem campo fértil para o clientelismo<sup>17</sup> e todo tipo de políticos oportunistas.

---

<sup>16</sup> Maria Alice Rezende de Carvalho “Cidade escassa e violência urbana”. *Série Estudos* nº 91, Iuperj, Rio de Janeiro, 1995.

<sup>17</sup> Para uma explicação resumida sobre o conceito de clientelismo, adotamos a análise de Eli Diniz.: *Voto e máquina política – patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. (Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982, pp118-125) referindo-se ao fenômeno do chaguismo no Rio de Janeiro, conhecido como “política da bica-d’água”. O clientelismo surge como uma relação diádica, baseada na lealdade e reciprocidade entre o eleitor e o político. Ao invés da demanda apresentada pelo eleitor, ou eleitores de uma determinada localidade, ser considerada uma relação entre cidadão e poder público de modo universalista e impessoal, a demanda atendida é vista como uma relação pessoal entre o eleitor e o político, este ao atender uma reivindicação está prestando um favor (que pode ser à comunidade, como uma obra, ou individual, como uma vaga numa escola) ao qual em troca os eleitores dão seu voto. Marcos Alvito em *As cores de Acari – Uma favela carioca*. (Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2001. pp. 139 e 140) narra o orgulho de uma liderança comunitária de Acari ao mostrar sua casa que, após ter perdido tudo numa enchente, teve

Os favelados, ao mesmo tempo que constróem prédios e trabalham em sua manutenção; que diariamente vão para as fábricas; que freqüentam os mais luxuosos apartamentos através de suas cozinhas, são vistos como estorvo à cidade. A maneira como são rotulados varia desde ‘perigosos’ até ‘dignos de pena’, e seja qual for a definição, são tidos como marginalizados.

A favela como lugar do crime e da violência é uma atualização do *mito da marginalidade*, descrito por Janice Perlman<sup>18</sup>. Neste livro, escrito na década de 1970, a autora analisa os diversos estudos sobre populações ditas ‘marginalizadas’ e também o que se pode apreender de uma espécie de ‘senso comum’ sobre os favelados. As favelas eram tidas como locais sem uma organização interna, sendo os favelados solitários, isolados e anti-sociais; por sua origem rural, os favelados seriam tradicionalistas e atrasados, com as favelas constituindo enclaves rurais em meio à cidade, de modo que não se sente bem nela, não conseguindo se integrar e usufruir dos

---

sua casa remobiliada por um político. Mais que a mobília em si, o orgulho era de tê-la ganho de um político. O clientelismo tem como uma de suas características a necessidade das lideranças comunitárias serem (e aparecerem como) ‘bem-relacionadas’ com políticos e com os canais oficiais do Estado, ou até mesmo de ONGs, que significa capacidade de trazer projetos e obras para sua comunidade; para os políticos, importa aparecerem como os defensores da comunidade para conquistarem os votos. Uma das polêmicas notadas na literatura sobre favelas é se o clientelismo funciona ou não, com uma vertente afirmando que o eleitor favelado finge o voto em troca da obra mas que não se sente obrigado a votar. Mesmo que ocorra a promessa falsa de voto, considerando que o voto é secreto, o grau que isso ocorre não deve ser considerado suficiente para afirmar que o método não funciona, visto que é utilizado ainda hoje por diversos políticos que têm sido eleitos. Os políticos que se utilizam da prática do clientelismo podem ser acusados de muitas coisas, mas certamente ingenuidade não é uma delas. Outra ressalva a ser feita é de que o clientelismo não é exclusividade nem das classes mais pobres, nem do Brasil.

<sup>18</sup> Janice F. Perlman. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

serviços urbanos e demais benesses que a cidade oferece. O favelado está acostumado a pobreza, não quer progredir na vida, são dependentes, fatalistas e apáticos; não têm aspirações, portanto não possuem capacidade de planejar o futuro ou se prevenir, vivendo sempre o presente. Além disso, os favelados seriam um entrave ao progresso da cidade, pois como não trabalham, não produzem, sendo uma espécie de ralo na economia, sempre recebendo (mesmo que pouco) sem nunca oferecer. Por tudo isso, os favelados são revoltados, rebeldes, baderneiros, sendo uma constante ameaça à ordem.

Hoje, se o tráfico passou a ser o sinônimo de violência urbana, então as favelas, como territórios dominados pelo tráfico, são por excelência a fonte de toda violência que se abate sobre a cidade. Os favelados são vistos como cúmplices e/ou beneficiários dos traficantes. A favela continua a ser vista como um corpo a parte da cidade. Se antes a favela era foco de doenças e epidemias, lugar da promiscuidade e falta de moral, passando pela visão de que nelas moram os negros não afeitados ao trabalho e mais tarde os nordestinos vindos do ‘sertão’, responsáveis por impedir o progresso do Brasil, visto que todos são preguiçosos e/ou ignorantes, parasitas da cidade. Hoje, as favelas são vistas como locais aonde vivem perigosos bandidos, que constituem uma espécie de “cerco” à cidade.

O que se pode apreender das várias ações do Estado dirigidas às favelas é que substituição das políticas de expurgo das favelas, que até os anos 1970 prevaleceram; não foi sua substituição substituídas por políticas que ‘incorporassem’ as favelas à cidade de modo amplo, que paralelamente elevassem os favelados à categoria de cidadãos tanto quanto o resto dos que vivem na cidade são.

As políticas para as favelas, por serem fragmentadas, descontínuas, apresentadas mais como fruto da vontade de um político e/ou do bom relacionamento de um líder da favela do que

um direito fundamental e obrigação do Estado, fazem com que as favelas permaneçam como algo à parte da cidade, ‘sob controle’. Vale dizer que isso não significa exclusão: “*Os grupos assim explorados não são marginais, mas integrados em larga medida no sistema, funcionando como uma parte vital do mesmo. Em resumo, integração nem sempre significa reciprocidade.*”<sup>19</sup>. Em que pese todas as obras e ações que chegam às favelas, através do Estado ou ONGs, os favelados figuram como cidadãos de segunda-classe. Vale dizer que muitas favelas têm como contraponto desta ações “*a inexistência anterior destes serviços.*”<sup>20</sup>. Se a situação nos permite uma brincadeira: os favelados hoje têm dois modelos de comparação: o primeiro é a situação anterior de possuírem uma cidadania de ‘quarta-classe’; o outro é a cidadania do asfalto, de ‘primeira-classe’ pelo menos nos moldes do Brasil.

Um dos objetivos deste estudo é demonstrar que os estigmas que recaem sobre os favelados são mais uma construção social, que atende aos mais variados interesses, do que um retrato fiel da realidade. Os estigmas são aproveitados por políticos ‘salvadores’ que se aproveitam de práticas clientelistas para aparecerem como a única chance de atenuar a situação de penúria dos favelados; até o discurso de que a culpa da pobreza é do pobre, isentando um sistema que não oferece oportunidades iguais à todos, e que sobrevive através da reprodução da desigualdade. Através de mecanismos, como o *mito da marginalidade*, constantemente reatualizado, mantêm-se o *status quo*. O mito é revitalizado cotidianamente, numa espécie de profecia que se auto-cumpre. Se os favelados são vistos como marginais, eles são marginalizados em diversas ocasiões, como

---

<sup>19</sup> Janice F. Perlman. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977. p. 288.

<sup>20</sup> Anazir Maria de Oliveira *et alii*. *Favelas e organizações comunitárias*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1993. p.92

no emprego ou em serviços públicos; se são todos bandidos, convém a polícia tratá-los como bandidos, alimentando o ódio e a desconfiança em relação à ela; se são todos cidadãos de segunda-classe, à eles não cabe tratá-los de modo respeitoso como se fosse um cidadão. É um ciclo que se retroalimenta a cada ação que marginaliza o favelado, qualificando como marginal e permite a continuidade de tratá-lo como tal, e requalificá-lo, e assim sucessivamente.

O raciocínio que acabou de ser apresentado pode parecer simples, e de fato o é, e é justamente sua simplicidade que esconde o fato de ser uma das bases da nossa sociedade, a qual indica a posição que cada um deve ocupar na produção de riqueza, no acesso à esta riqueza produzida, enfim: o lugar de cada um na cidade.

O discurso da ausência do Estado também é desmentido pela constante vigilância na qual os favelados sempre estiveram submetidos. Nos primórdios das favelas, após a Revolta da Vacina em 1904, a polícia subiu o morro da Favela à procura de revoltosos, sem encontrar nenhum<sup>21</sup>. E através do século XX sua atuação não sofreu grandes modificações, sendo permanente a ida da polícia às favelas à procura de criminosos, não importando em distinguí-los dos moradores e tratando todos de maneira arrogante e à margem da lei, visto não considerarem os favelados cidadãos. Para as autoridades e mesmo a sociedade, tal brutalidade seria tolerável e até necessária para disciplinar os favelados, mantendo as favelas sob controle e a cidade sob ordem. E este controle e vigilância assumiu várias faces além da polícia: autoridades sanitárias, visto que as favelas eram consideradas focos de doença; ‘fiscais’ que impediam construção de novos

---

<sup>21</sup> José Murilo de Carvalho. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. Companhia das Letras, São Paulo, 1987. p. 113

barracos<sup>22</sup>; da Igreja, através de várias instituições que atuou; de uma associação de moradores que tivesse à sua frente uma diretoria mais autoritária.

A luta dos favelados pelo espaço à cidade em vários episódios registrou vitórias importantes, com o Estado atendendo reivindicações dos favelados que não podem ser menosprezadas, na Operação Mutirão da época de Lacerda, no Projeto Rio na década de 1970, as várias obras do governo Brizola ou, mais recentemente, o Favela Bairro. Mas um traço comum nestas vitórias é a permanente relação desigual entre os favelados e o Estado, marcada sempre como uma tentativa de controle político por parte do Estado, condicionado a votos e a incorporação de suas lideranças na máquina clientelista da vez, fosse ela lacerdista, chaguista, brizolista... Pode-se dizer que mesmo quando as vitórias são alcançadas, a não amplitude destas ações (como um programa de urbanização, por exemplo), restringidas a determinadas favelas, fragmenta a organização dos favelados, que passam a lutar para que a ação chegue à sua favela, ao invés de uma resolução efetiva de seus problemas, atuando muito mais em cima de laços verticais, dos favelados com a autoridade constituída, do que em laços horizontais, que implicaria em questionar e buscar resolver efetivamente sua condição inferior na sociedade e seu espaço restrito na cidade. Pode se afirmar que a luta dos favelados pela cidade, e ações do Estado para as favelas se caracterizam por não incluir a cidadania como condição *sine qua nom* para superação da pobreza.

Uma das faces mais cruéis desta condição de proto-cidadania em que vivem os favelados é que o tráfico nada mais faz do que aproveitar esta cultura e assumir várias práticas que sempre vigoraram nas favelas, levando-as a um grau inimaginável anteriormente: relação de clientelismo

---

<sup>22</sup> Marcos Alvito. *As cores de Acari – Uma favela carioca*. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2001. pp. 106 e 107

com a comunidade; controle dos favelados e de suas organizações; manutenção do *status quo* (da favela) pela violência.

**Bibliografia:**

ABREU, Maurício de Almeida. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. IplanRio, Rio de Janeiro, 1997. 2ª ed.

ALVITO, Marcos. *As cores de Acari – Uma favela carioca*. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2001.

BURGOS, Marcelo Baumann (org.). *A utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca*. PUC-Rio / Loyola, Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. *Dos Parques-proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro*. In ALVITO & ZALUAR (orgs.) *Um século de favela*. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. Companhia das Letras, São Paulo, 1987.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Quatro vezes cidade*. Ed. Sette Letras, Rio de Janeiro, 1994.

\_\_\_\_\_. *Cidade escassa e violência urbana*. Série Estudos, Iuperj, Rio de Janeiro, 1995.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. *As políticas de segurança pública do governo Leonel Brizola*. Revista Arché - Tema: Crime organizado e política de segurança pública no Rio de Janeiro. Ano VII, nº 19, Rio de Janeiro, 1998.

DAMATTA, Roberto. *Relativizando, uma introdução à antropologia social*. Ed. Rocco, Rio de Janeiro, 1993. 4ª Edição.

DINIZ, Eli. *Voto e máquina política – Patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982

FORTUNA, Afonso & FORTUNA, João Paulo. *Associativismo nas favelas*. Revista de Administração Pública, v.8, nº 4, Rio de Janeiro, out/dez 1974 (p. 103-113)

GRYNSZPAN, Mario & PANDOLFI, Dulce. *ONGs de dentro e ONGs de fora: notas sobre duas experiências em favelas do Rio de Janeiro*. 2000 a (mimeog.)

\_\_\_\_\_. *ONGs, poder público e favelas: algumas questões*. 2000 b (mimeog.)

\_\_\_\_\_. *Poder público e favelas: uma relação delicada* In: OLIVEIRA (org.) *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995  
26ª edição.

LEEDS, Anthony e LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1978.

LIMA, Nísia Trindade. *O movimento de favelados do Rio de Janeiro: políticas de Estado e lutas sociais (1954-73)*. Dissertação de mestrado. Iuperj, Rio de Janeiro, 1989.

NUNES, Guida. *Favela: Resistência pelo direito de viver*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1980.

\_\_\_\_\_. *Rio, Metrópole de 300 favelas*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1976.

OLIVEIRA, Anazir Maria de; et alii. *Favelas e organizações comunitárias*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1993.

PARISSE, Luciano. *Favelas do Rio de Janeiro: evolução, sentido*. Cadernos do CENPHA nº 5, Rio de Janeiro, 1969.

PERLMAN, Janice F. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/ IPLANRIO. *Favelas cariocas: índice de qualidade urbana*. – Coleção Estudos da Cidade, Rio de Janeiro, 1997.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro*. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 1995.

SILVA, Luís Antônio Machado. *A continuidade do “problema da favela”* In: Lúcia Lippi

OLIVEIRA (org.) *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

\_\_\_\_\_. In *Rio de todas as crises*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991. (Serie estudos; n.80, n.81).

SOARES, Luiz Eduardo *et alli*. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Ed. Relume Dumará / ISER, Rio de Janeiro, 1996

\_\_\_\_\_. *Meu casaco de general. 500 dias no front de segurança pública*. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *O Desafio Metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2000

\_\_\_\_\_. *Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual*. Ed. Ática, São Paulo, 1996.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A gênese da favela carioca – A produção anterior às ciências sociais*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 15, n.44, outubro / 2000.

VELHO, Gilberto & ALVITO, Marcos (Organizadores). *Cidadania e Violência*. Ed. UFRJ / FGV, Rio de Janeiro, 1996.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1994

VENTURA, Zuenir. *Cidade Partida*. Companhia das Letras, São Paulo, 1994.

ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos (Organizadores). *Um século de favela*. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 1998.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a Revolta*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1985.

Jornais e revistas:

Folha de São Paulo.

Jornal do Brasil

O Estado de São Paulo

O Globo

Sítios eletrônicos:

Ceasm: [www.ceasm.org.br](http://www.ceasm.org.br)

Centro de Pesquisa e Documentação de História do Brasil Contemporâneo da Fundação Getúlio

Vargas: [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br)

sítio eletrônico Viva Favela: [www.vivafavela.org.br](http://www.vivafavela.org.br)